

Ata da 7ª Reunião Ordinária do Comitê de Investimentos do Instituto de Previdência Municipal de Pouso Alegre – IPREM de 2025.

No dia 16 de julho de 2025 reuniram-se, às 14h30min, presencialmente, na sede do IPREM, os membros do Comitê de Investimento, André Albuquerque Oliveira, presidente do Conselho Deliberativo, Daniel Vieira, Diretor-Presidente do IPREM e Eugenio Mozart Silva Filho, presidente do Conselho Fiscal e Evelyn de Sousa Faria, Diretora Financeira. Os membros se reuniram para discutir e deliberar sobre a seguinte pauta:

- 1) Apresentação do Sr. Paulo Nagamine da Caixa Asset;**
- 2) Apresentação do Relatório Mensal de Investimentos;**
- 3) Apresentação das Receitas e Despesas de junho/2025;**
- 4) Apresentação do cenário econômico;**
- 5) Movimentação de recursos dos fundos do IPREM.**

Quanto ao item 1: O sr. Paulo Nagamine, representante da Caixa ASSET, realizou apresentação sobre o cenário econômico e sobre estratégias de investimento. A estratégia apresentada considerou os últimos 2 anos. Houve alta de aproximadamente 24% do IBOVESPA e o fundo CAIXA FIC CAPITAL PROTEGIDO IBOVESPA CÍCLICO apresentou rentabilidade próxima ao índice, de 22%. O sr. Paulo falou sobre as tensões geopolíticas, sobretudo sobre as questões relacionadas ao impacto econômico da taxação dos Estados Unidos e das guerras, o que afetou as projeções de crescimento, principalmente à norte-americana. Falou sobre a volatilidade das carteiras em relação à bolsa americana e dólar. Migração de recursos dos Estados Unidos para outros países, incluindo o Brasil. No cenário doméstico houve surpresas positivas quanto à atividade econômica, inflação desancorada, acima da meta do IPC, riscos relacionados a política fiscal por causa da trajetória da dívida e o fim do ciclo do aperto monetário. Não existe expectativa de que o ciclo de corte de juros comece tão cedo, que a política monetária vai continuar contracionista. Apresentou projeções econômicas da atividade econômica, inflação, SELIC e câmbio. Que as expectativas são de controle da inflação e SELIC elevada por mais tempo, e as estratégias pós fixadas devem continuar com retorno interessante. Porém, tomada de risco pode se tornar mais atrativa com pré fixados e com bolsa no contexto de baixa de SELIC. Análise da carteira do Instituto: pode ser interessante alocação em Fundos DI, fundos de crédito privado e renda fixa ativa. Foram apresentados retornos projetados de DI de aproximadamente 7,8%, com liquidez diária e baixa volatilidade. Fundos de crédito privado podem apresentar retorno projetado de aproximadamente 9,5%. Apresentou o Fundo Expert Absolute Creta Crédito Privado, enquadrado como renda fixa ativa, enquadrado no art. 7º, V, “b” da 4.963/2021. Que o fundo pode desempenhar bem no contexto do ciclo de corte de juros. Falou sobre fundo quantitativo, que apresentou retorno acumulado superior à 40% do IBOVESPA. Falou sobre a nova estrutura de capital protegido. A estratégia do fundo é: não tem rebate, barreira de alta é

de aproximadamente 52%, retorno potencial com carência de 2 anos entre 22 e 52% e sem possibilidade retorno negativo e sem possibilidade de retorno acima dos 52%. Se a bolsa subir os 22% estão garantidos e os recursos aplicados rendem pelo CDI.

Quanto ao item 2: Foi apresentado o Relatório Mensal de Investimentos referente a junho de 2025. A **carteira líquida** teve rentabilidade mensal positiva de R\$ 5.127.303,63 no percentual de 1,1%. A rentabilidade acumulada no ano é positiva em R\$ 37.111.350,14, equivalente ao percentual de 8,5%. A **carteira ilíquida** teve, no mês, rentabilidade negativa de R\$ 915.746,61, representando o percentual de -2,41%; a rentabilidade acumulada no ano é negativa de R\$ 7.660.261,23, no percentual de -17,13%. Para o mês de junho, não foi possível obter os extratos do fundo “CAM Throne”. Na **carteira total**, no mês, o resultado positivo foi de R\$ 4.211.557,02, equivalente ao percentual de 0,84%. A rentabilidade anual é positiva em R\$ 29.451.088,91, equivalente ao percentual de 6,13%. Foi apresentada a tabela de acompanhamento da PAI. Não há nenhum desenquadramento em artigos da Resolução CMN 4963/2021, porém há 6 fundos com o patrimônio superior ao permitido por fundo. **O relatório foi aprovado por unanimidade.**

Quanto ao item 3: A Diretora de Contabilidade encaminhou as informações referentes às Receitas e Despesas de junho de 2025, que foram apresentadas conforme segue: Receitas de contribuição PMPA e Iprem (18000001111) - R\$ 5.975.194,43; Receitas de contribuição CMPA (18000001121) - R\$ 270.864,83; Resgates: 341.595,67; Receita de comprev (18000000000) - R\$ 940.315,13, Totalizando R\$ 7.591.342,81. A despesa orçamentária empenhada na fonte 1800 e 2800 oriunda de despesas como aposentadorias, pensões, COMPREV e sentenças judiciais totalizou o valor de R\$ 8.081.771,16.

Quanto ao item 4: Segundo o Boletim da LDB Consultoria, em junho o cenário internacional foi marcado por uma combinação de tensões geopolíticas, sinais de desaceleração econômica global, avanço das discussões tarifárias nos EUA e ajustes nas expectativas monetárias nas principais economias. A intensificação do conflito entre Israel e Irã aumentou expressivamente o risco geopolítico e impulsionou os preços do petróleo ao longo do mês, mas uma trégua parcial foi alcançada após intervenção direta dos Estados Unidos. Nos EUA, os dados do PIB do primeiro trimestre e do índice de preços ao consumidor apontaram para uma desaceleração do consumo, acompanhada por novos sinais de enfraquecimento no setor imobiliário e no mercado de trabalho. O Federal Reserve (FED), por sua vez, manteve a taxa básica de juros inalterada, adotando uma postura cautelosa diante das incertezas da atividade econômica e dos efeitos da política tarifária. Embora não haja uma sinalização firme de cortes imediatos, parte dos dirigentes do FED já admite a possibilidade da antecipação do início do afrouxamento monetário, caso a inflação continue convergindo. Na China, a economia segue pressionada por desequilíbrios entre oferta e demanda, com sinais de deflação. A atividade cresceu no primeiro trimestre, sustentada por estímulos

anteriores e exportações, e deve se manter firme no curto prazo. No entanto, espera-se desaceleração no segundo semestre. Diante desse cenário, a política econômica deve seguir cautelosa e reativa ao ambiente externo, especialmente às incertezas ligadas à política comercial dos EUA. Assim, no mês de junho de 2025, os principais índices de ações globais encerraram o mês em território positivos, o MSCI ACWI e S&P 500, respectivamente, renderam cerca de +4,37% e +4,96%, todos em “moeda original”, ou seja, considerando apenas a performance dos índices estrangeiros. Observando no acumulado dos últimos 12 meses, esses índices apresentam retornos positivos de +14,45% e +13,63%, respectivamente. Considerando esses mesmos índices, mas, agora contando com variação cambial, o MSCI ACWI e S&P 500, respectivamente, apresentaram retornos positivos de -0,23% e +0,33%, devido a desvalorização do Dólar frente ao Real, no mês. Assim, acumulam retornos de +12,35% e +11,99% nos últimos 12 meses. No mercado local, a curva de juros recuou nos vencimentos intermediários e longos, refletindo o alívio observado nos dados de inflação e do mercado de trabalho. A bolsa brasileira registrou desempenho positivo, impulsionada pela expectativa de encerramento do ciclo de alta da Selic. Adicionalmente, o cenário fiscal seguiu como principal foco de instabilidade. No campo fiscal, a manutenção do arcabouço segue como um desafio relevante. A revogação, pelo Congresso, do decreto que aumentava o IOF evidenciou mais uma vez a dificuldade do governo em implementar medidas de aumento de receita. Paralelamente, a ausência de propostas viáveis e de consenso político para um ajuste estrutural de despesas tende a comprometer, de forma crescente, a viabilidade do cumprimento das metas fiscais previstas no arcabouço atual. A atividade econômica mantém sinais de resiliência, com o IBC-Br — indicador antecedente do PIB — apontando crescimento de 0,8% no segundo trimestre. O mercado de trabalho segue aquecido, com desemprego baixo, geração de empregos formais e aumento real dos salários. Ainda assim, espera-se que os efeitos defasados da política monetária ganhem força no segundo semestre, impactando negativamente o consumo e o crédito, o que deve contribuir para um processo gradual de desinflação. O Banco Central elevou a taxa Selic para 15% ao ano, encerrando o ciclo de alta iniciado em setembro. A decisão, tomada de forma unânime, veio acompanhada de uma comunicação firme, reafirmando o compromisso com a convergência da inflação à meta e sinalizando a manutenção da política monetária em nível contracionista por um período prolongado. Aqui, somente a título de exemplo da “Estrutura a Termo das Taxas de Juros - ETTJ” para o IPCA, estimada e divulgada pela ANBIMA para o fechamento de 10.07.2025, e apresentada no item 3 deste relatório como “Taxa de Juros Real”, a taxa de juros real com vencimento para 9 anos apresentava taxa de retorno estimada em 7,35% a.a., continuando acima da taxa máxima pré-fixada de 5,47% limitada pela SPREV para o ano de 2025. O Ibovespa encerrou o mês com desempenho positivo, registrando valorização de +1,33%. No acumulado do ano, apresenta alta de +15,44% e, nos últimos 12 meses, avanço de +12,06%. Mediante a todo esse cenário exposto acima e em linha com o último relatório disponibilizado, tentando elucidar muitos questionamentos recebidos acerca dos prêmios trazidos pelas NTN-Bs atualmente, a estratégia de compra direta de NTN-Bs, respaldada por

um estudo de ALM, pode auxiliar na “ancoragem de rentabilidade” ainda acima da meta atuarial dos RPPS. Tal estratégia, em especial para carregamento até o vencimento, pode contribuir proporcionalmente para à redução da volatilidade global da carteira de investimentos do RPPS, devido ao benefício da “marcação na curva” do preço desse ativo.

Quanto ao item 5: Foi proposta à seguinte movimentação: Resgate de R\$ aproximadamente 5,8 milhões do fundo “Caixa FIC Capital Protegido IBOV Cíclico”, para aplicação no “Caixa Brasil Referenciado DI”. O fundo “Caixa FIC Capital Protegido IBOV Cíclico” abriu para resgate e seu vencimento será 08/08, porém a rentabilidade do fundo DI da Caixa é maior que à das operações compromissadas as quais os recursos estão aplicados nesse momento, e a taxa de administração do fundo é 0,9% enquanto a do “Caixa referenciado DI” é de 0,2%, o que torna à movimentação vantajosa. Na movimentação há pequeno aumento de risco de crédito pois o fundo que receberá os recursos contém dívida de títulos privados, ao passo que o fundo do qual os recursos foram resgatados, apesar de também conter títulos privados, possuía mecanismos de hedge. Há diminuição do risco de mercado pois o fundo DI está atrelado à renda fixa e tem volatilidade muito menor. Há riscos associados à taxa de juros e à inflação, embora sejam muito mais controlados do que no caso da renda variável. Quanto ao risco operacional, os procedimentos de resgate e aplicação serão os definidos no "Manual do Departamento de Finanças". Há pequeno risco jurídico por conta dos créditos privados que compõem a carteira, possíveis mudanças regulatórias e eventuais problemas específicos da gestora. Há pouco risco sistêmico pois Fundos DI são mais estáveis e menos voláteis, mas ainda estão sujeitos a cenários extremos que afetem a economia ou a política monetária. **A movimentação foi aprovada por unanimidade.** Foi proposta à seguinte movimentação: Aplicação de R\$ 243.561,10, referentes à recursos do COMPREV, no fundo “Itau Institucional Renda Fixa Referenciado DI”. A movimentação se justifica pela necessidade de direcionar recursos oriundos do COMPREV até que sejam avaliadas oportunidades de alocação em outros segmentos. O fundo é de baixa volatilidade (CDI) e observa a PAI. Na movimentação há risco de crédito pois o fundo que receberá os recursos contém títulos privados. Há pouco risco de mercado pois o fundo DI está atrelado à renda fixa e tem volatilidade muito menor. Há riscos associados à taxa de juros e à inflação, embora sejam muito mais controlados do que no caso da renda variável. Quanto ao risco operacional, os procedimentos de resgate e aplicação serão os definidos no "Manual do Departamento de Finanças". Há pequeno risco jurídico por conta dos créditos privados que compõem a carteira, possíveis mudanças regulatórias e eventuais problemas específicos da gestora. Há pouco risco sistêmico pois Fundos DI são mais estáveis e menos voláteis, mas ainda estão sujeitos a cenários extremos que afetem a economia ou a política monetária. **A movimentação foi aprovada por unanimidade.** Foram propostas as seguintes movimentações: primeiro o resgate de R\$ 4,3 milhões do fundo “Itau Institucional Renda Fixa Referenciado DI” para aplicação no fundo “Itau Institucional Janeiro Renda Fixa LP FICFI”, e, segundo, no mês de agosto, aplicação cerca de R\$ 4.300.000,00, referentes à

recursos à serem recebidos de cupons de NTN-Bs no mês de agosto, no fundo “Itau Institucional Renda Fixa Referenciado DI”. A movimentação se justifica pela necessidade de direcionar recursos oriundos dos cupons e para evitar que os recursos não possam ser aplicados no fundo “Itau Institucional Janeiro Renda Fixa LP FICFI, pois ele está prestes a fechar à captação nomercado”. O fundo “Itau Institucional Janeiro Renda Fixa LP FICFI” bom desempenho em relação à outros fundos, pois pode operar tanto comprado quanto vendido com títulos públicos, deixando o fundo protegido e mais ativo, o que aumenta à possibilidade de retorno maiores que o DI. Na movimentação há baixo risco de crédito pois o fundo que receberá os recursos contém apenas títulos públicos no momento (risco soberano). Há pouco risco de mercado pois o fundo DI está atrelado a títulos públicos. Quanto ao risco operacional, os procedimentos de resgate e aplicação serão os definidos no "Manual do Departamento de Finanças". Há risco jurídico por conta da possibilidade de créditos privados do fundo que compõem a carteira, possíveis mudanças regulatórias e eventuais problemas específicos da gestora, mas é baixo. Há risco sistêmico pois o fundo está sujeito a cenários extremos que afetem a economia ou a política monetária. **A movimentação foi aprovada por unanimidade.**

Nada mais havendo a tratar, a reunião fica encerrada às 18h15min. Foi lavrada por mim, André Albuquerque, a presente ata, assinada por todos os membros presentes do Comitê de Investimentos.

Daniel Ribeiro Vieira
Presidente

André Albuquerque
Membro

Eugenio Mozart Silva Filho
Membro

Evelyn de Sousa Faria
Membro